
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMPRESA PÚBLICA DE DEBENTURES
SIMPLES DA ESPÍTE COM GARANTIA FLUTUANTE DA LOCALIZA RENT A CAR S.A. FIRMA, LTDA

ENRE

LOCALIZA RENT A CAR S.A.

4

OLIVERA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DATADO DE 20 DE ABRIL DE 2005

6047-6

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA LOCALIZA RENT A CAR S.A.**

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

a. LOCALIZA RENT A CAR S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo Monteiro, 1.563, inscrita na CNPJ/MF sob o nº 16.670.085/0001-55, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora"),

e, de outro lado, como agente fiduciário,

b. OLIVEIRA TRISTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 12, Grupo 205, Condomínio Downtown Barra da Tijuca, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a companhia dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples da Espécie com Garantia Flutuante da Localiza Rent a Car S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "1ª Emissão" e "Debêntures"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 07 de abril de 2005 ("AGEE").

CLÁUSULA II
REQUISITOS

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (ANBID)





2.1.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma prevista na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2002 ("Instrução CVM 400/02") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ANBID ("ANBID"), nos termos do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários ("Código ANBID").

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA AGE

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a 1ª Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial de Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), e publicada pela Empresa no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" e nos jornais "Estado de Minas" e "Gazeta Mercantil", edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA que aprovou determinados termos e condições da 1ª Emissão será devidamente arquivada na JUCEMG, e publicada no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" e nos jornais "Estado de Minas" e "Gazeta Mercantil", edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita na JUCEMG para posterior emissão de registro da 1ª Emissão pela CVM, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

3.1. MONTANTE TOTAL DA 1ª EMISSÃO

3.1.1. O montante total da 1ª Emissão será de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 4.1 abaixo.

3.2. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.2.1. Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma na Data de Emissão.

3.3. DEBÊNTURES DO LOAN SUPPLEMENTARY DEBENTURES ADICIONAIS



3.3.1. No âmbito da 1ª Emissão, a Emissora outorgou à instituição líder uma opção para aquisição de um lote suplementar de debêntures simples, não conversíveis em ações, de forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia flutuante, de emissão da Emissão equivalente a até 15% do total de Debêntures inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Pública ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida dentro de até 30 dias corridos da data da publicação do anúncio de início de distribuição de Debêntures ("Anúncio de Início"), exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Pública, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas ("Opção de Lote Suplementar").

3.3.2. Sem prejuízo do exercício da Opção de Lote Suplementar, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, excluídas as Debêntures do Lote Suplementar, poderá ser aumentada em até 20% do total das Debêntures objeto da 1ª Emissão ("Debêntures Adicionais").

3.3.3. As Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais, se colocadas, o serão pelo Coordenador Líder pelo regime de melhores esforços, em conformidade com o Contrato de Distribuição.

3.4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.4.1. Os recursos líquidos obtidos por meio da 1ª Emissão serão utilizados para pagamento do empréstimo concedido à Emissora pelo Coordenador Líder em 15 de fevereiro de 2005, e para renovação e expansão de sua frota.

3.5. LIMITE DA 1ª EMISSÃO

3.5.1. A 1ª Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (a) o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$163.000.000,00 e (b) não ultrapassa o limite legal estabelecido no artigo 60, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações para as Debêntures com garantia flutuante, conforme tabela abaixo.

POSIÇÃO CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	R\$ (mil)
Emissão	350.000
Ativo Total	836.290
Total das Dívidas Garantidas por Garantias Reais	0
Ativo Total menos Total das Dívidas Garantidas por Garantias Reais	836.290
Menor dos Valores acima Ativo Total menos Total das Dívidas Garantidas por Garantias Reais	41.83

3.6. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

[Assinaturas manuscritas]

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia como para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, (i) para colocação, no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), e (ii) para negociação, no mercado secundário, por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), também administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e (b) do Sistema de Negociação BOVESPA FIX e SOMAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo BOVESPA ("BOVESPA FIX" e "SOMAFIX", respectivamente), sendo nestas duas últimas hipóteses os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBL") segundo suas normas e procedimentos. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de tetos mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da 1ª Emissão, com expressa autorização da Emissão, organizarão plano de distribuição, tendo como público-alvo pessoas físicas e jurídicas e investidores institucionais, tais como instituições financeiras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, seguradoras e demais administradores de recursos de terceiros.

3.6.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da 1ª Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do prospecto da 1ª Emissão ("Prospecto Definitivo", o "Prospecto Preliminar" e o "Prospecto Definitivo", em conjunto, "Prospectus"), nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

3.7. BANCO MANDATÁRIO - ESCRITURADOR

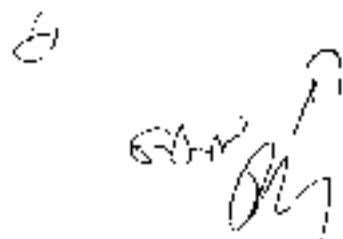
3.7.1. O Banco Itaú S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissão perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição escrituradora das Debêntures ("Banco Mandatário e Escriturador").

CLAUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª EMISSÃO

4.1. DA DATA DE EMISSÃO

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de abril de 2005 ("Data de Emissão").

4.2. FORMA DE SUBSCRIÇÃO E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO



4.2.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definidos no item 4.3. abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.2.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CFIMP, CBLC ou na sede da Emissora, ou, ainda, por meio de instituição financeira contratada.

4.3. VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES E REMUNERAÇÃO

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. As Debêntures farão jus à remuneração descrita no item 4.8, desta Escritura de Emissão (a "Remuneração").

4.4. NEGOCIAÇÃO

4.4.1. No mercado secundário, as Debêntures serão admitidas a negociação (i) no Sistema Nacional de Debêntures - SND ("SND"), administrado pela ANDIMA sendo os negócios liquidados na CFIMP, e (ii) na BOVESPA FIX e SOMAFIX, sendo os negócios liquidados na CBLC segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão às regras e controles de compensação e liquidação da CFIMP ou da CBLC, conforme o caso.

4.5. CONVERSIBILIDADE E FORMA

4.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, e terão a forma nominativa escritural.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mantenedor e Escriitorado. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o relatório de posição de ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados na CFIMP. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido pela CBLC extrato de custódia em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.6. ESPECIE

4.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia fluante.

4.7. PRazo e VENCIMENTO

4.7.1. O prazo das Debêntures é de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de abril de 2010 (a "Data de Vencimento").

4.7.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral, em um única parcela, das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da última data de pagamento de Remuneração até a data do efetivo pagamento.

4.8. REVALORILACÃO DAS DEBÊNTURES

4.8.1. As Debêntures terão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal, equivalentes a um percentual (a ser definido em processo de *bondbuilding*) da variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over" extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP ("Taxa DI") no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN \times (Fator DI - 1)$$

onde:

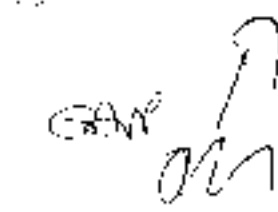
J = valor da remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, conforme definido em 4.8.3. abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.8.2. abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório das taxas DI Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida em 4.8.2. abaixo), exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \left(\prod_{i=1}^n \left(1 + TDI_i \times \frac{P_i}{360} \right) \right)$$

Onde:



n = número total de taxas DI Over consideradas na atualização, sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{360} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), informada com 2 (duas) casas decimais,

CHUMBAÇÃO:

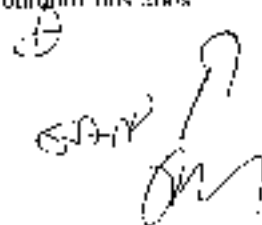
O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.7. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo que a última Data de Pagamento de Remuneração deverá coincidir com a Data de Vencimento das Debêntures. Dessa forma, a primeira Data de Pagamento da Remuneração será em 01 de outubro de 2005, a segunda Data de Pagamento da Remuneração será em outubro de abril de 2006 e as Datas de Pagamento da Remuneração subsequentes serão os mesmos dias 01 de abril e 01 de outubro dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento.



4.8.3. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte, exclusiva.

4.8.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.5. Se, na data de vencimento de quaisquer pagamentos relativos às Debêntures previstos nesta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela CFP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não-divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.8.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou de divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada na data em que for verificada a impossibilidade de sua aplicação, conforme o caso, convocar Assembleia de Debenturistas para a deliberação de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, de novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposta pela Emissora.

4.8.7. Caso, durante a Assembleia de Debenturistas prevista no item anterior não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. Para fins de cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorre a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9. REPACTUAÇÃO

4.9.1. Sem prejuízo do disposto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, não haverá repactuação das Debêntures.

4.10. AMORTIZAÇÃO



4.10.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em uma única parcela na Data de Vencimento.

4.11. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

4.11.1. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 1ª Emissão.

4.12. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.12.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria dos termos deste item, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

4.13. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1 Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, conforme disposto no item 4.14.1. abaixo, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, intimação ou intimação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de auto falência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora;
- (b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV-MERC") entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) salvo se, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a Emissora tenha comprovado que tal protesto (i) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) foi cancelado; ou (iii) teve sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;

[Assinatura manuscrita]

- (c) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou equivalente em outras moedas;
- (d) ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do controle acionário direto ou indireto da Emissora, pelos Fundadores da Emissora (entendendo-se por "Fundadores" os senhores José Salim Mattar Júnior, Antônio Cláudio Brandão Resende, Flávio Brandão Resende e Eugênio Paçeli Mattar, bem como seus respectivos herdeiros necessários em decorrência de sucessão hereditária). É permitida a transferência ou alienação de ações entre os Fundadores ou sociedades por eles controladas, sem prejuízo primária dos Debitistas, desde que (i) os Fundadores mantenham, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital votante da Emissora, e (ii) a participação do Fundador José Salim Mattar Júnior seja igual ou superior à participação de cada um dos demais Fundadores;
- (e) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada à 1ª Emissão;
- (f) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à 1ª Emissão assumida na presente Escritura de Emissão, no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples da Espécie com Garantia Flutuante da 1ª Emissão, que será celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), salvo se no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação enviada por o Agente Intelectual tal descumprimento for sanado pela Emissora;
- (g) redução de capital da Emissora ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital da Emissora ou a recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debitistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e do item 7.6 desta Escritura de Emissão;
- (h) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2024 e os trimestres então findos, feita a atualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
 - (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 2,75



Onde:

"Dívida Líquida" significa o valor calculado em bases consolidadas igual (a) à soma do passivo junto a instituições financeiras, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, bem como dos mútuos com partes relacionadas e do saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos); (b) diminuído das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata e títulos e valores mobiliários);

"EBITDA" significa o valor calculado em bases consolidadas igual ao lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo a um período de doze meses (calculado nos termos do caput deste item), antes da contribuição social e imposto de renda, (a) diminuído das receitas e (b) acrescido das despesas geradas pelos resultados não operacionais e pelos resultados financeiros, bem como das despesas de depreciação e amortização. Para fins desse cálculo, o resultado da venda de veículos é operacional;

(ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 2,5x;

Onde:

"Despesas Financeiras Líquidas" significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos doze meses, deduzidas das receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses em bases consolidadas;

- (i) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (j) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão e de Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo que afete de forma adversa e relevante as Debêntures;
- (k) a atividade principal da Emissora deixar de ser o aluguel de carros e atividades diretamente relacionadas a aluguel de carros;
- (l) deliberação ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, se estiver em mora com as obrigações previstas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;

62412



- (m) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, suas controladas ou ligadas, em valor unitário ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-MIPCV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou o seu contravalor em outras moedas; e
- (n) transferência ou qualquer forma cessão ou promessa de cessão a terceiros dos direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, como representante dos debenturistas.

4.13.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (f) e (j) acima antecederá o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, quais sejam, as alíneas (d), (g), (h), (i), (k), (l), (m) e (n), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.3. No que se refere às alíneas (d), (g), (h), (j), (k), (l), (m) e (n) do item 4.13.1 acima, caso (i) não haja acordo entre os Debenturistas e a Emissora na Assembleia de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima ou (ii) caso não haja deliberação em tal Assembleia de Debenturistas, inclusive por não realização desta, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item 4.14 abaixo, a menos que, após a realização de tal Assembleia de Debenturistas, Debenturistas que representem pelo menos 75% das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.7 abaixo, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.14. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.14.1 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Fissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da CLÁUSULA IX desta Escritura de Fissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.17 abaixo.

4.15. LOCAL DE PAGAMENTO

4.15.1 Os pagamentos a que tiverem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SNIR; (ii) os procedimentos adotados pela CBLCL para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX ou no SOMA FIX, ou (b) no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas pelo Banco Mandatário e Escriutador, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.16. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.16.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até a primeira data útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. JUROS MORATÓRIOS

4.17.1. Ocorrendo inoponibilidade no pagamento pela Emissora, de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (duas por cento); (b) juros moratórios à razão de 1% a.m. (um por cento ao mês) calculados *pro rata temporis* e linearmente; e (c) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

4.18. DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS

4.18.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.17 supra, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.19. PUBLICIDADE

4.19.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão veiculados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Estado de Minas" e "Gazeta Mercantil", edição nacional.



4.19.2. A Emissora poderá alterar os jornais em que atualmente publica seus atos societários e eventuais atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas nos termos do item 4.19.1 acima, por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Estado de Minas" e "Gazeta Mercantil", edição nacional notificando os Debenturistas de tal decisão.

4.20. FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ

4.20.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures.

4.21. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.21.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

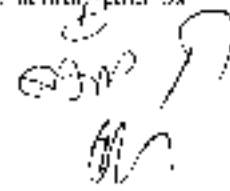
4.22. RESGATE DAS DEBÊNTURES EM CASO INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU Cisão

4.22.1. A Emissora poderá realizar operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, se for assegurado aos Debenturistas que a desejarem, durante o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas de assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que foram titulares.

4.22.2. Os Debenturistas que optarem por resgatar suas Debêntures nos termos deste item deverão manifestar sua intenção, por escrito, à Emissora da forma da Cláusula IX abaixo.

4.22.3. Em até 5 (cinco) dias contados do aviso enviado nos termos do item anterior, a Emissora deverá promover o resgate das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.22.4. O resgate das Debêntures dos Debenturistas que optarem por devolver as Debêntures à Emissora dar-se-á (i) através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do Sistema Nacional de Debêntures, no mercado secundário, em relação às Debêntures registradas no SND, ou (ii) de acordo com os



procedimentos especificados pela CBLIC (os quais deverão ser seguidos pelos Agentes de Custódia na CBLIC), em relação às Debêntures registradas no HOVI:SPAFIX e custodiadas na CBLIC.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

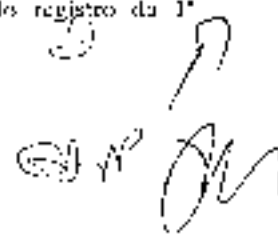
(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) com a maior brevidade possível, qualquer informação que venha a lhe ser solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica ou confidencial para a Emissora;
- (ii) as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima, na mesma data em que forem publicadas;
- (iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.13 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
- (iv) cópia de suas demonstrações financeiras anuais completas na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como das demonstrações financeiras trimestrais auditadas ou revisadas pelos auditores independentes, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano;
- (v) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos do término de cada exercício social, no caso do cálculo dos índices quando do término de cada exercício social e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre social, relatório revisado pelos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos no alínea (ii) do item 4.13.1 acima, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais índices financeiros, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
- (vi) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 e suas alterações posteriores, na mesma data em que

[Handwritten signatures and initials]

forem entregues à CVM e, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITs) e, até 30 de abril de cada ano, cópia de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes, e

- (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, individualmente ou em série de operações exceda R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração);
- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as Demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (c) convocar, nos termos da CLÁUSULA VII, Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a 1ª Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos investidores na forma exigida pela CVM;
- (e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM nº 358-01, sobre qualquer alteração substancial na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique no descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (g) preparar, em conjunto com a instituição líder da distribuição pública das Debêntures, todos os documentos necessários à obtenção do registro da 1ª Emissão perante a CVM;



- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário e Escritor(es) e Agente Fiduciário, além do SNT e do BOVESPA FIX e SOMA-FIX, bem como agência de classificação de risco para as Debêntures da 1ª Emissão;
- (i) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e permitir ao Agente Fiduciário acessar:
 - (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora, e
 - (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissão, quando deliberado pela Assembleia dos Debenturistas;
- (j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (k) conduzir todas as operações com partes relacionadas de acordo com os padrões éticos que norteiam tais negócios;
- (l) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida à Emissão, comprometendo-se a submeter anualmente a Emissão à revisão e avaliação pela agência de classificação de risco. Durante todo o prazo de vigência das Debêntures, bem como divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue seu relatório com a respectiva súmula de classificação de risco das Debêntures, e
- (m) encaminhar à CVM relatórios e súmulas de classificação de risco das Debêntures que tenham sido preparados por agência de classificação de risco, nos termos da alínea (l) acima;

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável,
- (b) extração de certidões;

- (c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagens; e,
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debituristas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debituristas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1, acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debituras na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 5 (cinco) dias da entrega a Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debituristas.

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da 1ª Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunidade dos Debituristas.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debituristas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

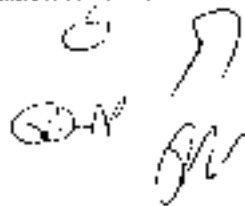
- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 27 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções,

- (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assinar, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em plena vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, executável de acordo com os seus termos e condições; e
- (j) ter verificado os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei 6.404/76

6.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4 Será devida pela emissão ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão.

- (a) parcelas trimestrais de R\$6.000,00 (seis mil reais), devidas a primeira na data da assinatura desta Escritura de Emissão, sendo que a primeira parcela trimestral será no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), devido ao desconto da parcela única da alínea (b) abaixo;
- (b) parcela única de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), a título de implantação da operação, devida quando da aceitação da proposta para prestação de serviços ao Agente Fiduciário, a ser paga 5 (cinco) dias após a análise e emissão dos comentários do Agente Fiduciário sobre a Escritura de Emissão, observado o disposto na alínea (a) acima;
- (c) a remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da alínea (a) acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP.

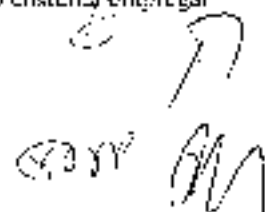


MEF/GV, ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir de 1º de dezembro de 2004;

- (d) a remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não canceladas pela Emissora;
- (e) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto no item 5.2.3 acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário no decorrer de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, nos termos desta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas serão igualmente arremetidas à aprovação e, se for o caso, suportadas pelos Debenturistas, bem como a retenção e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- (f) a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28;
- (g) não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora; e
- (h) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma dos itens 5.2., 5.2.1. e 5.2.2. e 5.2.3. acima.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;



- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de que qualquer outra modalidade de inapetência;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de deixar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura nesses existentes. Neste caso a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conservação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados no item 4.1.9.1 desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer a Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 6º, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

- (iii) comentários sobre as Demonstrações Financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, principalmente aqueles descritos na alínea (ii) do item 4.13.1 acima;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 1ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;
- (iii) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) nas Bolsas de Valores e Mercantis de São Paulo organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora; e
 - (v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures da 1ª Emissão, conforme por esta indicado;
- (iv) publicar, as despesas da Emissora, nos jornais indicados no item 4.19.1 desta Escritura de Emissão, anualmente comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (iii) acima.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador;
- (p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplência, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizando em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea (r) nos jornais e na forma indicada no item 4.19 desta Escritura de Emissão.

6.6. Observado o disposto no item 4.13 acima, no caso de inadimplência da Emissora, o Agente Fiduciário adotará todas as medidas (judiciais ou extrajudiciais) para proteger direitos ou defender interesses da comunidade dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e,
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora.

6.6.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 e 4.13.3, o Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adocção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) do item 6.6 acima se, convocada a Assembleia dos Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da totalidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) do item 6.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à 1ª Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início de exercício de sua função como agente fiduciário. Toda remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCPMG, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

6.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista no item 6.6. desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

CLÁUSULA VII
ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da constituição dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissoira, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, e pela CVM.

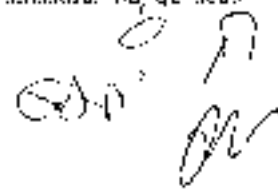
7.3. Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.4. A Assembleia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver prevista *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura de Emissão.

7.6. Para que possa ser realizada: (a) modificação nas condições das Debêntures e demais disposições desta Escritura de Emissão; ou (b) alteração dos itens 4.13.1, 4.13.2 ou 4.13.3, será necessária a aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Para que possa ser realizada: (a) alteração deste item 7.6; ou (b) alteração de quaisquer condições ou regras de Remuneração, espécie ou amortização das Debêntures, será necessária a aprovação de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, resultando o *quorum* especial previsto no item 4.8.1 desta Escritura de Emissão.

7.7. Para efeito de cálculo das Debêntures em Circulação, previsto no item 7.2 acima, bem como para aferição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta (Cláusula VII), o item 4.13.4 acima e qualquer Assembleia (geral dos Debenturistas previstas nesta Escritura, não serão computadas as Debêntures que: (a) sejam de titularidade, direta ou indireta, de controladas e controladas da Emissoira, ou de seus



controladores, diretos ou indiretos, seus executivos e/ou administradores; nem como (b) sejam detidas pela Emissora em tesouraria. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias dos Debenturistas.

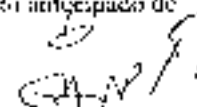
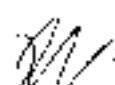
7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. Ficam impedidos de exercer seus direitos de voto os Debenturistas que, por qualquer motivo, se apresentem em situação de conflito de interesses relativo à matéria objeto de deliberação. O impedimento permanecerá em vigor durante todo o tempo em que vigorar o conflito.

CLAUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assentir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legítimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da 1ª Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento ou que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades; (iv) nem irá resultar (i) em pagamento antecipado de

qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus no gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- (f) a Emissora está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autárquicas ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possa ter, exceto aqueles que estão sendo contestados pelos meios legais ou administrativos apropriados;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2002, de 31 de dezembro de 2003 e de 31 de dezembro de 2004 representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil ou com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América, conforme o caso, não tendo havido até a data desta Escritura de Emissão, qualquer alteração relevante (exceto se expressamente mencionada nos Prospectos) nas informações financeiras e patrimoniais da Emissora referidas nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2004 e o exercício social então encerrado;
- (h) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo na data de início da distribuição dos Debêntures: (i) contém informações em relação à Emissora e suas controladas no contexto da 1ª Emissão que são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e riscos em relação às Debêntures, (ii) contém declarações, em relação à Emissora e suas controladas, que serão verdadeiras, completas e corretas e não serão enganosas ou inverídicas, (iii) incluem opiniões, análises e previsões (se houver) em relação à Emissora e suas controladas dadas de boa fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não omitir fatos relativos à Emissora e suas controladas ou relativos às Debêntures cuja omissão, no contexto da 1ª Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Definitivo seja imprecisa, enganosa ou inverídica;
- (i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há nenhuma ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, ou nas suas controladas, em sua condição financeira, ou em suas atividades;

- (j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e representativa da emissora, executível de acordo com os seus termos e condições; e
- (k) a Emissão de Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão tem a finalidade prevista no item 3.4 desta Escritura de Emissão

CLÁUSULA IX
NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Localiza Rent a Car S.A.
Avenida Bernardo Monteiro, 1.363
CEP: 35150-902
Belo Horizonte - MG
Tel.: (31) 3247-7040
Fax: (31) 3247-7755
At. Sr. Roberto Antônio Mendes

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust IFVM S.A.
Avenida das Américas nº 500 - Bloco 13 - Grupo 205
Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
CEP: 22640-100
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2493-7003
Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4501
At.: Sr. Juarez Dias Costa
Endereço eletrônico: agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador

Banco Itú S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 793, 9º andar
São Paulo - SP
CEP: 04344-902
Tel.: (11) 5029-1217
Fax: (11) 5029-1917
E-mail: jose.nelson.cordeiro@itau.com.br
At. Sr. José Nelson Cordeiro

9.2 Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fax-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que da mesma constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3 Os originais dos documentos enviados por fax-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados no item 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhuma atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caber ao Agente Fiduciário ou aos Debitados em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretroatível, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida em qualquer parte, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto, substituindo e superando, totalmente, todos e quaisquer outros documentos, memorandos, propostas, cartas e ou semelhantes, assinados antes da data de sua assinatura.



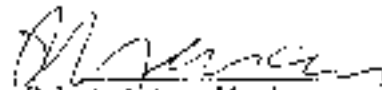
10.5. As Partes declaram, mutuamente e expressamente, que a presente Escritura de Fissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e livre manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

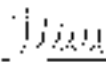
10.6. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Fissão.

E POR ESTAREM ASSIM ESTAS E CONTRATADAS, firmam a presente Escritura de Fissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

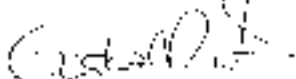
Belo Horizonte, 20 de abril de 2015

LOCALIZA RENT A CAR S.A.

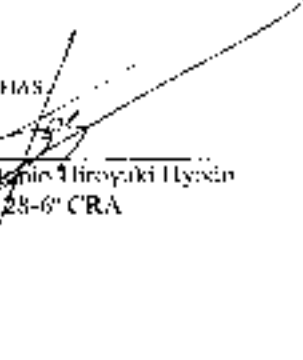

Nome: Roberto Antonio Mendes
Cargo: Diretor de Finanças e RI


Nome: Eugênio Pacelli Mattar
Cargo: Vice-Presidente

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: Gustavo Dezouzar Terceiro Pinto
Cargo: Procurador

TESTEMUNHAS


Nome: Antonio Hirotsuki Hyacin
RG: 9.128-6ª CRA


Nome: Celso Rodrigues Leal Pinto
RG 10853080-0 (FP/RJ)
CPF 087.739.377-07